

O desenvolvimento do DF e da periferia metropolitana

JORRÉIO-BRASILIENSE

Nº 19.016

» LUCIO RENNÓ
Cientista político e presidente da Codeplan

R 13

19 JUN 2015

Pensar e propor planos de desenvolvimento para o Distrito Federal e a periferia metropolitana é tarefa que tem se mostrado elusiva; entra governo, sai governo. Muitos projetos não são realistas, são desconexos das potencialidades e vocações locais e acabam por fracassar. De meados dos anos 1960 aos dias de hoje, são incontáveis as tentativas de fomento à indústria, a polos temáticos específicos e um sem número de planos mirabolantes que não atingem resultados esperados ou sequer saem do papel. Resultados recentes da Pesquisa Emprego Desemprego (PED) do Dieese, Codeplan e Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo não dão margem à dúvida. A indústria de transformação no DF foi a que sofreu maior retração no número de ocupações de março a abril, chegando a -6,1%. Isso demonstra a sensibilidade desse setor à crise.

A PED também aponta para aumento na taxa de desemprego geral, atingindo 14,1%. O fenômeno é resultado do retorno à População Economicamente Ativa, em abril, de então inativos em março. Como veremos, a renda média dos mais pobres segue inalterada de outubro de 2014 a março de 2015, embora os níveis de inflação mantenham-se altos. Renda mais baixa na família leva antigos inativos a procurarem emprego, impondo pressões no mercado de trabalho. Ou seja, a crise econômica que assola o país passa a ser sentida mais claramente no Distrito Federal. O Índice de Desempenho Econômico do DF (Idecon), medido pela Codeplan, é uma espécie de PIB local, apresenta taxas negativas a -1,6 para o primeiro trimestre de 2015, as mais baixas desde 2012.

O cenário, contudo, é ainda mais complexo e preocupante. Como mostra a PED de abril, quem mais sofre com o aumento do desemprego são os cidadãos mais pobres.

Nas regiões administrativas (RAs) com renda média mais baixa, a taxa de desemprego é de 16,9%. Nas RAs com renda média mais alta, a taxa de desemprego é de 6,1%, uma diferença de 10 pontos percentuais. Outro elemento marcante: a renda média dos ricos aumentou de outubro de 2014 a março de 2015 em 4,9%, chegando a R\$ 7.781. Já a renda média dos cidadãos mais pobres manteve-se praticamente estável, em R\$ 2.703. Ou seja, a crise bate forte à porta dos mais pobres, potencialmente aumentando a desigualdade.

Além desses dados, a ocupação desordenada do território, a concentração da oferta de vagas de trabalho no Plano Piloto, os problemas de mobilidade urbana, a desigualdade profunda em relação aos municípios adjacentes não deixam margem a dúvidas: falhamos em planejar o desenvolvimento da região.

A óbvia pergunta é: por que não conseguimos avançar em melhorar a qualidade de vida da população? É fato que houve melhorias em níveis educacionais e de renda, na média, apontados por dados da Pesquisa Distrital por Amostra Domiciliar de 2011, 2013 e 2015, que começamos a divulgar na Codeplan em 13 de maio último. Mas os avanços são tímidos, pálidos, em face aos desafios postos. Respostas plausíveis são da seguinte natureza.

Primeiro, os projetos propostos, principalmente os mais recentes, falharam na articulação entre o diagnóstico das potencialidades econômicas da região e as propostas de desenvolvimento elaboradas. São projetos que surpreendentemente (ou não) coincidem em vários aspectos, defendidos por governos teoricamente disparestes de Arruda e Agnelo, como a cidade aeroportuária e o centro financeiro, que pouco têm a ver com os interessantes diagnósticos feitos pelos próprios estudos que embasaram as propostas. Em

segundo lugar, os instrumentos usados para fomentar o desenvolvimento precisam ser repensados. A concessão de incentivos creditícios, de terras, de exoneração tributária, amplamente utilizados, não pode ser vista como a única disponível. Certamente, esses instrumentos continuarão a ser utilizados, mas em momentos de crise econômica, é importante ser criativo e inovador.

Um projeto de desenvolvimento consistente deve capitalizar as potencialidades locais: população com níveis educacionais e de renda mais elevados do que a média nacional; presença dos governos distrital e federal e seu impacto na economia local; e um setor de serviços forte e longe de saturado. Nesse sentido, gerar insumos para o desenvolvimento, acelerando a desburocratização para abertura de negócios, associado ao investimento em indústrias voltadas para a tecnologia da informação, pesquisa e cultura, por meio de polos esparramados pelo território do Distrito Federal e Região Metropolitana, poderia ser uma das avenidas inovadoras a serem exploradas.

Os instrumentos, nesse caso, poderiam vir de fundos específicos voltados para o desenvolvimento de tecnologia, da pesquisa e da promoção cultural. Dessa forma, instrumentos não usualmente vistos como fontes de insumo para o desenvolvimento deveriam ser considerados como tal. Destacamos a Fundação de Apoio à Pesquisa, o Fundo de Apoio à Cultura, a oferta de cursos técnicos voltados para o empreendedorismo e a imposição de condicionalidades aos projetos desenvolvimentistas que vêm a receber incentivos financeiros. Esses são alguns dos componentes de uma visão de desenvolvimento mais abrangente, descentralizada e diversificada do que vivenciamos até hoje.